

POBREZA, TRABALHO E EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA DO BRASIL

Poverty, work and education in Brazil's childhood

Joyce de Oliveira Ribeiro*

FARIA FILHO, Luciano M.; ARAÚJO, Vania C. de. (Org.) *História da educação e da assistência à infância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011.

A coletânea *Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil* surgiu da parceria entre a Sociedade Brasileira de História da Educação e a Universidade Federal do Espírito Santo. Seu oitavo volume, organizado pelos professores Luciano M. de Faria Filho (UFMG) e Vânia C. Araújo (UFES) pretende “[...] tematizar uma infância pobre que, excluída do cenário escolar, era perspectivada como vadia, criminosa, abandonada, analfabeta e perigosa ou em risco de ser [...]” (FARIA FILHO; ARAÚJO, 2011, p.24). O livro reúne oito textos de pesquisadores de vários estados brasileiros e, a partir de enfoques diversificados sobre a infância no Brasil, oferece uma visão de questões locais, sem que os grandes movimentos políticos deixem de ser tratados. É nítido o esforço dos autores para historicizar a criança e a infância (desvalida) no Brasil e como ambas se constituíram objetos de reflexões, intervenção e alvo de medidas de profilaxia social.

Em *“Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil Republicano”* Sônia Camara teceu análises sobre a infância desvalida e a organização da política assistencial. Ideias higiênicas e jurídicas acabaram por envolver vários setores da sociedade e exercer influência direta em políticas públicas e privadas de intervenção social no período republicano. Nesse contexto, a criança passou a ser percebida como alicerce das transformações necessárias para o progresso ordenado, pacífico e asséptico da nação. O incômodo social que as crianças nas ruas causavam é representado no corpo do texto com notícias de jornais da época.

As políticas de assistência efetivadas por meio de instituições de atendimento, internação e controle da infância aumentaram a exclusão dos que já eram marginalizados. Ciência, filantropia, caridade marcaram a construção das instituições sociais brasileiras. O trabalho como instrumento moralizante foi marca constante das estratégias para proteger e socorrer a infância, com a pretensão de diminuir os malefícios advindos da pobreza e da marginalização.

Ainda na temática do trabalho e da pobreza, *“A infância tecida: crianças trabalhadoras na indústria têxtil mineira (1890 – 1920)”* se ocupa das crianças trabalhadoras fabris. Os autores Manoel J.de Paula e Maria Cristina S. de Gouvea deram materialidade a esse contexto com a narrativa sobre o menino José Claudino – operário da indústria têxtil “preguiçoso e manhoso, que para tal serviço era absolutamente imprestável” (p.57).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Membro do Núcleo de Estudos Corpo, Cultura, Expressão e Linguagens da UFSJ. Bolsista da Fapemig. E-mail: joyceoribeiro@gmail.com.

Utilizaram dados relativos à Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira, como cartas, regulamento, livros de registro e de ponto, relatórios anuais e relatos de operários.

São analisadas estatísticas e as diferenças estabelecidas entre geração, etnia e gênero no cotidiano da Companhia – funções, mecanismos de controle e salários. Os autores apresentam os infantes como sujeitos históricos, que à sua maneira buscaram alternativas de resistência à realidade que lhes era imposta. O fechamento do texto se dá com a resolução do caso do menino José Claudino, que, na fala do gerente, “para não se tornar vadio”, acabou sendo aceito para o ofício de carpinteiro, que mais lhe agradava.

Em “*Quando eu era criança... Memórias da infância e da escola no cenário de imigração*” encontramos depoimentos das memórias de infância dos moradores idosos das terras de imigração alemã em Santa Catarina, situadas numa antiga colônia chamada Hansa, em linhas que revelam o envolvimento afetivo do autor, Ademir V. dos Santos, com sua pesquisa. Em sua tessitura há fragmentos da relação entre pais e filhos, das questões de gênero nas brincadeiras, do desbravamento do território, da construção das relações econômicas e sociais da colônia, questões religiosas e ainda memórias da escola – a professora, as matérias, as atividades, o recreio.

Ademir logrou ouvir a criança por meio das lembranças dos já “bem vividos”. Importante colocação do autor foi considerar que a memória do sujeito não é individual, já que muitos fatos narrados estão associados à socialização dos sujeitos.

Já o artigo de Mônica Y. Jinzenji aborda a questão de gênero. Em “*A Educação das Meninas no Brasil oitocentista*”, seus eixos argumentativos são o Ensino das Primeiras Letras às meninas na província mineira, como se deu expansão da escola pública para as meninas – localidades, conteúdos, professoras, alunas e práticas escolares – e o forte papel da imprensa na tentativa de vencer a resistência das famílias para enviar suas filhas à escola.

O texto traz anúncios e discursos veiculados em dois periódicos que circulavam durante os oitocentos na Província Mineira – O UNIVERSAL e O MENTOR DAS BRASILEIRAS. A autora nos apresenta os significados atribuídos à educação feminina e trechos das falas das professoras carregados dos ideais políticos de um Brasil que precisava se modernizar. A educação das mulheres foi polissêmica, assim como o proveito que as alunas faziam dela.

Em “*A educação da infância no boletim Vida Escolar (1907-1908)*”, Luciano M. de Faria Filho e Juliana C. Hamdan voltam à temática do higienismo. O texto mantém coerência com as profícuas citações de fontes primárias, neste caso, o periódico do município de Lavras-MG, onde o diretor do Grupo Escolar, Firmino Costa, deu início à publicação do boletim *Vida Escolar*, o objeto de análise dos autores.

Na primeira década dos novecentos os periódicos dominavam a imprensa e conseguiam atingir leitores de territórios distantes. Foi pensando no poder de divulgação e de persuasão dos leitores que as principais ideias políticas, médicas e sociais se propagavam amplamente nas notícias dos jornais. Nesse contexto, os autores constataram que as questões recorrentes nos diversos artigos eram em maioria voltadas para à educação da infância – a formação para o trabalho, a matrícula e a permanência das crianças na escola, a higiene e a disciplina.

Vânia C. de Araújo desenvolve *“A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei”*, apontando as discontinuidades das perspectivas históricas acerca do trabalho infantil e descreve a trajetória dos mecanismos de proteção e controle sobre a infância.

Os movimentos ideológicos que acompanham as mudanças políticas englobam a análise, da autora, que perpassa o higienismo, a Era Vargas, a ditadura militar, o processo de redemocratização e alcança os dias atuais, assumindo a complexidade que o trinômio criança, pobreza e trabalho ainda se configura no cenário brasileiro.

É um texto de fôlego por elencar documentos de um período histórico relativamente longo. Partindo do início do período republicano em direção aos dias atuais, a autora integra a seu texto os avanços e retrocessos da legislação brasileira em relação à proteção da infância.

No sétimo texto, *“A longa era da catequese indígena”*, Marta Amoroso discorre sobre as escolas para indígenas na ordem religiosa católica dos capuchinhos, no período imperial. A grande diferença entre jesuítas e capuchinhos é que estes incluíam não índios nas missões para que servissem de exemplo aos índios – considerados incapazes de aprender, porém capazes de imitar – e assim assimilassem o modo de vida que se desejava instaurar.

Nesse sentido, as escolas não eram fundamentais para o trabalho desenvolvido pelos capuchinhos. O Ensino das Primeiras Letras aos índios não frutificou, e as escolas para indígenas acabaram servindo aos colonos. Assim, passamos a refletir sobre o conceito de catequese que transmutou seu sentido restrito de conversão religiosa e passou a engajar-se em esferas políticas, econômicas e sociais.

O último capítulo do livro é *“História da educação infantil no Brasil: lugares, propósitos e ações que conformaram o jardim de infância e a creche como espaços de educação das crianças”*.

Ao discursar sobre a abertura de instituições para educação da infância na Europa entre os séculos XVIII e XIX, Gizele de Souza intenciona mostrar que tal fato não ocorreu exclusivamente pela questão do trabalho operário feminino. A multiplicação dos jardins de infância deu-se para o atendimento de famílias socioeconomicamente favorecidas, enquanto que aos pobres couberam creches, asilos e instituições assistencialistas. Assim, o direito de educar a infância transmutou-se em favores de filantropos.

A autora correlaciona suas posições com outras obras que tratam da educação da infância no Brasil. Faz menção ao método intuitivo e à perspectiva da educação pelos sentidos – ideias advindas dos educadores europeus Froebel e Pestalozzi, assim como se preocupa em mapear a difusão dessas ideias no Brasil.

Corroborando o escopo do livro, revela a ambiguidade das ações voltadas aos infantes no século XX, quando a pobreza foi fator determinante na qualidade e nos propósitos das ações políticas e sociais.

Ao nos guiar nesse percurso de leitura e desleitura dos discursos sobre infância desvalida no Brasil, no qual as formas de educação e escola foram diversas, o livro mostra a pluralidade de percepções do passado e do presente. As questões apresentadas não se fixam apenas em explorar fontes inéditas, mas na releitura crítica dos códigos e convenções que traduziram e traduzem a infância e a educação nas travessias político-educacionais do nosso País.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o conjunto de textos busca trazer à superfície a história que não é contada e dá a voz a sujeitos que não se produziram enquanto históricos – crianças pobres, imigrantes, indígenas, meninas, como a composição de mosaico de um cenário ora tido como construído, ora tido como quase inexplorado.

A complexidade das temáticas apresentadas no oitavo volume da coleção instiga uma (re) visão daquilo que sabemos até os dias atuais sobre a história da infância brasileira no século XX. Os autores conseguem oferecer a visão da multiplicidade de aspectos que compuseram o cenário do período - legal, cultural, social, étnico, de gênero, político e afetivo – e nos levam a refletir sobre os atuais modelos de tratamento da infância. O passado apresentado repercute no presente e reverbera nas ações voltadas a essa parcela da sociedade. Portanto, impõe-nos reflexão e compromisso com o futuro das crianças brasileiras.

*Recebido em junho de 2013
Aprovado em agosto de 2013*